



Comentários à Prova de **Agente Penitenciário do** **Maranhão**

provas em 24/4/2016

Analisamos a recente prova aplicada pela Fundação Professor Carlos Augusto Bitencourt (FUNCAB) e em relação às questões de Direitos Humanos não identificamos possibilidade de recursos.

Foi uma prova bastante difícil e variada. Difícil porque foram cobrados posicionamentos doutrinários específicos. Além disso, a banca variou bastante os temas cobrando assuntos que não foram explorados em concurso, tal como a questão da revisão periódica universal.

Assim, se você fez a prova não deixe de conferir os comentários para que você perceba eventuais erros.

Se você irá prestar concursos na área de Direitos Humanos, fique atento a essas questões, elas podem representar uma tendência para os concursos vindouros.

Para que você tenha ideia, confira os assuntos abrangidos:

- 2 questões - teoria geral dos Direitos Humanos
- 3 questões - Direitos Humanos na CF
- 2 questões - Sistema Global
- 2 questões - Sistema Regional

Vamos aos comentários?

Antes, porém, gostaria de deixar meus contatos:



CURSOS DE DIREITOS HUMANOS

<https://goo.gl/W0xRYT>

CURTAM NOSSA PÁGINA NO FACEBOOK

<https://www.facebook.com/direitoshumanosparaconcursos>

QUALQUER DÚVIDA MANDE-NOS UM E-MAIL

rst.estrategia@gmail.com



<https://www.periscope.tv/rstorques>

@rstorques

Bons estudos a todos!

Prof. Ricardo Torques

Questão 61

Acerca do conceito e estrutura dos direitos humanos, assinale a assertiva correta.

- A) Os direitos humanos têm estrutura variada, podendo ser: direito-pretensão, direito-liberdade, direito-poder e, finalmente, direito-imunidade.
- B) Os direitos humanos são os essenciais e dispensáveis à vida digna.
- C) O direito-pretensão consiste na autorização dada por uma norma a uma determinada pessoa, impedindo que outra interfira de qualquer modo.
- D) O direito-liberdade implica uma relação de poder de uma pessoa de exigir determinada sujeição do Estado ou de outra pessoa.
- E) O direito-poder consiste na busca de algo, gerando a contrapartida de outrem do dever de prestar.

Comentários

Vejam cada uma das alternativas.

A **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.

Aqui temos uma questão introdutória da matéria, que cobra posicionamento específicos acerca da estrutura dos Direitos Humanos.

De acordo com a doutrina de André Ramos de Carvalho a estrutura dos Direitos Humanos é variada, podendo se caracterizar em:



Cada um desses consectários impõe obrigações ao Estado. Confira:

↪ **direito-pretensão**: confere-se ao titular o direito a ter alguma coisa que é devido pelo Estado ou até mesmo por outro particular. Assim, o Estado (ou esse outro particular) devem agir no sentido de realizar uma conduta para conferir o direito.

Por exemplo, o direito à educação, que deve ser prestado pelo Estado.

↪ **direito-liberdade**: impõe a abstenção ao Estado ou a terceiros, no sentido de se ausentarem, de não atuarem como agentes limitadores.

Cita-se como exemplo a liberdade de credo.

↪ **direito-poder**: possibilita à pessoa exigir a sujeição do Estado ou de outra pessoa para que esses direitos sejam observados.

O exemplo aqui é o direito à assistência jurídica.

↪ **direito-imunidade**: impede que uma pessoa ou o Estado hajam no sentido de interferir nesse direito.

Cita-se como exemplo vedação à prisão, salvo na hipótese de flagrante delito ou de decisão judicial transitada em julgado.

A **alternativa B** está incorreta ao mencionar “dispensável”. Ao contrário do afirmado, os Direitos Humanos são os essenciais e **indispensáveis** à vida digna.

A **alternativa C** está incorreta, pois, conforme explicamos acima o direito pretensão confere a alguém a prerrogativa de exigir a atuação de outrem. O conceito trazido na alternativa é do direito-imunidade.

A **alternativa D** está igualmente incorreta, pois confunde o conceito de direito-liberdade, com o direito-poder. No primeiro caso, impõe-se uma abstenção estatal.

O erro da **alternativa E** está no fato de que o conceito apresentado não é do direito-poder, mas do direito-pretensão.

Já que a questão cobrou o assunto, para que você memorizar esse assunto, memorize:

direito-pretensão	direito-liberdade	direito-poder	direito-imunidade
direito a ter alto que o Estado (ou 3º) devem agir	abstenção	exigir a sujeição	impede
direito à educação	liberdade de credo	direito à assistência jurídica	vedação à prisão, salvo flagrante

Questão 62

A característica que consiste no reconhecimento de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica, uma vez que são essenciais para uma vida digna corresponde à:

- A) indivisibilidade.
- B) universalidade.
- C) indisponibilidade.
- D) inalienabilidade.
- E) imprescritibilidade.

Comentários

A **alternativa A** é a correta e o gabarito da questão.

A característica da indisponibilidade representa o reconhecimento de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica, uma vez que são essenciais para uma vida digna.

Esse direito, de acordo com a doutrina, possui duas facetas:

1) implica reconhecer que o direito protegido apresenta uma unidade incindível em si;

2) assegura que não é possível proteger apenas alguns dos direitos humanos reconhecidos.

Além disso, podemos identificar dois objetivos:

1) exigir que o Estado também invista nos direitos sociais, zelando pelo chamado mínimo existencial, ou seja, condições materiais mínimas de sobrevivência digna do indivíduo;

2) exigir o combate tanto às violações maciças e graves de direitos considerados de primeira geração quanto aos direitos de segunda geração.

Vejamos os conceitos dos demais direitos, de acordo com a doutrina de André de Carvalho Ramos:

↪ **universalidade**: atribuição desses direitos a todos os seres humanos, não importando nenhuma outra qualidade adicional, como nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo, entre outras.

↪ **indisponibilidade**: ou irrenunciabilidade revela a impossibilidade de o próprio ser humano – titular desses direitos – abrir mão de sua condição humana e permitir a violação desses direitos.

↪ **inalienabilidade**: Pugna pela impossibilidade de se atribuir uma dimensão pecuniária dos direitos humanos para fins de venda.

↪ **imprescritibilidade**: Implica o reconhecimento de que os direitos humanos não se perdem pela passagem do tempo.

Questão 63

De acordo com a Constituição Federal de 1988, que versa sobre a aplicação das leis que tratam sobre direitos humanos, assinale a assertiva correta.

- A) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares.
- B) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- D) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em único turno, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias.

Comentários

Em relação aos tratados internacionais, temos que ter em mente três informações:

- tratados internacionais de **Direitos Humanos aprovados com quórum de emenda constitucional**: possuem *status* de emenda **constitucional**;
- tratados internacionais de **Direitos Humanos aprovados com quórum de norma infraconstitucionais**: possuem *status* de norma **supralegal**, em ponto intermediário, acima das leis, abaixo da Constituição Federal.
- **demais tratados** internacionais, **independentemente do quórum de aprovação**: possuem *status* de norma infraconstitucional.

No primeiro caso, temos a aplicação do art. 5º, §3º, da CF, que dispõe:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos

respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo)

Desse modo, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.

Questão 64

A Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Governo Brasileiro em 1990, assevera que:

- A) é considerada criança todo ser humano com menos de quatorze anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.
- B) a criança será registrada até um ano após seu nascimento e terá direito, desde o momento em que nasce, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.
- C) a criança, por ser juridicamente incapaz, não terá direito à liberdade de expressão.
- D) os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.
- E) os Estados Partes reconhecerão as crianças, que forem maiores de doze anos, o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta. O texto a Convenção sobre o Direito das Crianças, no artigo 1º, conceitua como **criança** todas as **pessoas menores de 18 anos**, respeitando eventuais regramentos internos que permitem a maioridade antes.

A **alternativa B** está incorreta, pois, de acordo com o art. 7º, 1, da Convenção, a criança será registrada imediatamente.

Artigo 7

1. A criança será registrada IMEDIATAMENTE após seu nascimento e terá direito, DESDE O MOMENTO EM QUE NASCE, a um nome, a uma nacionalidade e, na medida do possível, a conhecer seus pais e a ser cuidada por eles.

A **alternativa C** está igualmente incorreta. A liberdade de expressão é assegurada expressamente independentemente de qualquer de qualquer condicionamento à capacidade.

Artigo 13

1. A criança terá **direito à liberdade de expressão**. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.

A **alternativa D** está correta e é o gabarito da questão, pois retrata o que está expresso no art. 15, 1, da Convenção.

Artigo 15

1 Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à **liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas**.

Finalmente, a **alternativa E** está incorreta, pois o art. 26, 1, assegura o direito à previdência e ao seguro social a todas as crianças, independentemente da idade. Confira:

Artigo 26

1. Os Estados Partes reconhecerão a todas as crianças o **direito de usufruir da previdência social**, inclusive do **seguro social**, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

Questão 65

Dentre os dispositivos trazidos na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, assinale a assertiva correta.

- A) Após um prazo de residência de cinco anos, todos os refugiados se beneficiarão, no território dos Estados Contratantes, da dispensa de reciprocidade legislativa.
- B) Os Estados Contratantes proporcionarão aos refugiados, em seu território, um tratamento diferenciado proporcionado aos nacionais no que concerne à liberdade de praticar sua religião, a fim de preservação da religião local.
- C) Qualquer refugiado terá, no território dos Estados Contratantes, um acesso mais restrito aos tribunais.
- D) Nenhum refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de respeitar as leis e regulamentos, assim como as medidas que visam à manutenção da ordem pública.
- E) O estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de seu domicílio, ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência.

Comentários

Vejamos cada uma das alternativas.

A dispensa da reciprocidade legislativa exige um prazo de 3 anos e não de 1 ano como mencionado pela questão. Confira o art. 7º, 2, da Convenção:

2. Após um prazo de residência de três anos, todos os refugiados se beneficiarão, no território dos Estados Contratantes, da dispensa de reciprocidade legislativa.

Incorreta a **alternativa A**.

Ao contrário do afirmado, o art. 3º prevê a vedação à discriminação nos seguintes termos:

Os Estados Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem.

Desse modo está incorreta a **alternativa B**.

Está incorreta a **alternativa C**, pois o art. 16 prevê livre e fácil acesso aos tribunais pelos refugiados.

1. Qualquer refugiado terá, no território dos Estados Contratantes, livre e fácil acesso aos tribunais.

A **alternativa D** está incorreta. Ao contrário do afirmado, confira o art. 2º:

Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de respeitar as leis e regulamentos, assim como as medidas que visam a manutenção da ordem pública.

Por fim, a **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, pois retrata exatamente o art. 12, 1:

1. O estatuto pessoal de um refugiado será regido pela lei do país de seu domicílio, ou, na falta de domicílio, pela lei do país de sua residência.

Questão 66

Acerca da composição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assinale assertiva correta.

- A) É composta por cinco comissários, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, para mandato de dois anos, com a possibilidade de uma recondução.
- B) É composta por oito Comissários, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, para mandato de três anos, com a possibilidade de uma recondução.
- C) É composta por cinco comissários, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, para mandato de quatro anos, vedada sua recondução.
- D) É composta por dez comissários, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, para mandato de dois anos, com a possibilidade de duas reconduções.
- E) É composta por sete comissários, eleitos pela Assembleia Geral da OEA, para mandato de quatro anos, com a possibilidade de uma recondução.

Comentários

Para responder à essa questão você deve conhecer o art. 34 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que dispõe:

Artigo 34 - A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

Logo, a **alternativa E** é a correta e gabarito da questão.

Questão 67

No que tange à Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a assertiva correta.

- A) Compete emitir opiniões consultivas, não vinculantes.
- B) Compete promover estudos e capacitação em direitos humanos.
- C) Compete receber petições de vítimas de violação de direitos humanos e recomendar reparação.
- D) Compete criar relatorias especiais de direitos humanos em temas ou países.
- E) É formada por sete juízes, escolhidos pelos Estados Partes da Convenção, para um mandato de quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez.

Comentários

A Corte possui competência para ***resolver os litígios que lhes são submetidos (competência contenciosa)***, bem como para ***responder questionamentos sobre a interpretação de determinada regra do Sistema Interamericano e sobre a compatibilidade das leis internas com o Pacto de San José da Costa Rica (competência consultiva)***.

Logo, a alternativa A é a correta e gabarito da questão.

Em relação às demais alternativas, temos:

↪ **alternativa B**: incorreta, pois não existe tal atribuição no Pacto de San José da Costa Rica.

↪ **alternativa C**: o peticionamento por vítimas é restrito a situações de medidas cautelares. Além disso, quando decide, não há fixação de recomendações, mas a imposição de sanções.

↪ **alternativa D**: os relatórios são feitos pela Comissão, não pela corte.

↪ **alternativa E**: A Corte é composta por 7 juízes, nacionais dos Estados que compõem a OEA, não sendo possível que haja dois juízes de mesma nacionalidade. Os julgadores são eleitos através Assembleia-Geral da OEA, pelo voto da maioria absoluta dos membros, entre pessoas de alta autoridade moral e reconhecida competência em matéria de Direitos Humanos, para **mandato 6 anos, admitindo-se uma reeleição**.

Questão 68

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004 trouxe à Constituição Federal de 1988 um importantíssimo dispositivo referente às hipóteses de grave violação de direitos humanos no Estado Democrático de Direito, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, podendo-se afirmar que o:

- A) Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Estadual.
- B) Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- C) Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- D) Presidente da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- E) Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Estadual.

Comentários

Para responder essa questão devemos lembrar do art. 109, §5º, da CF, que trata do incidente de deslocamento de competência. Confira:

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Logo, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Questão 69

O direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito e expressão de uma ideia-força, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal, deriva do princípio da:

- A) livre concorrência.
- B) igualdade jurídica.
- C) cidadania.
- D) dignidade da pessoa humana.
- E) soberania.

Comentários

Questão fácil! Na realidade para respondê-la nem precisaríamos conhecer a ADI 4.277 e a ADPF 132. O direito à busca da felicidade é considerado pelo STF um postulado implícito ao Texto Constitucional, que maximiza o princípio da dignidade da pessoa humana.

Desse modo, a **alternativa D** é a correta e gabarito da questão.

Esse entendimento foi sufragado em caso envolvendo o reconhecimento de uniões homoafetivas. Decidiu o STF:

*"Reconhecimento e qualificação da união homoafetiva como entidade familiar. O STF – apoiando-se em valiosa hermenêutica construtiva e invocando princípios essenciais (como os da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade, do pluralismo, da intimidade, da não discriminação e da busca da felicidade) – reconhece assistir, a qualquer pessoa, o direito fundamental à orientação sexual, havendo proclamado, por isso mesmo, a plena legitimidade ético-jurídica da união homoafetiva como entidade familiar, atribuindo-lhe, em consequência, verdadeiro estatuto de cidadania, em ordem a permitir que se extraiam, em favor de parceiros homossexuais, relevantes consequências no plano do Direito, notadamente no campo previdenciário, e, também, na esfera das relações sociais e familiares. A extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto justifica-se e legitima-se pela direta incidência, dentre outros, dos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade, da dignidade, da segurança jurídica e do postulado constitucional implícito que consagra o direito à busca da felicidade, os quais configuram, numa estrita dimensão que privilegia o sentido de inclusão decorrente da própria CR (art. 1º, III, e art. 3º, IV), fundamentos autônomos e suficientes aptos a conferir suporte legitimador à qualificação das conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo como espécie do gênero entidade familiar. (...) O postulado da dignidade da pessoa humana, que representa – considerada a centralidade desse princípio essencial (CF, art. 1º, III) – significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País, traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo. (...) **O princípio constitucional da busca da felicidade, que decorre, por implicitude, do núcleo de que se irradia o postulado da dignidade da pessoa humana, assume papel de extremo relevo no processo de afirmação, gozo e expansão dos direitos fundamentais, qualificando-se, em função de sua própria teleologia, como fator de neutralização de práticas ou de omissões lesivas cuja ocorrência possa comprometer, afetar ou, até mesmo, esterilizar direitos e franquias individuais. Assiste, por isso mesmo, a todos, sem qualquer exclusão, o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito, que se***

qualifica como expressão de uma ideia-força que deriva do princípio da essencial dignidade da pessoa humana.” (RE 477.554-AgR, rel. min. Celso de Mello, julgamento em 16-8-2011, Segunda Turma, DJE de 26-8-2011.) Vide: ADI 4.277 e ADPF 132, rel. min. Ayres Britto, julgamento em 5-5-2011, Plenário, DJE de 14-10-2011.

Questão 70

De acordo com o mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), assinale a assertiva correta.

- A) O RPU prevê que todos os Estados da ONU serão avaliados em períodos de três a quatro anos.
- B) Os Membros do Conselho de Direitos Humanos avaliam os Estados da ONU, que devem passar pela RPU a cada dois/três anos.
- C) A essência do RPU é o peer review – monitoramento pelos pares – pelo qual um Estado tem a sua situação de direitos humanos analisada pelos demais Estados da ONU.
- D) Foi criado por uma Resolução do Conselho de Direitos Humanos de 2001.
- E) Os compromissos da RPU são impostos aos Estados.

Comentários

O RPU foi instituído por intermédio de duas resoluções da ONU (a Resolução 60/251 de 2006 da Assembleia Geral e a Resolução 5/1 de 2007 do Conselho de Direitos Humanos).

Pelo RPU os estados-membros da ONU submetem-se periodicamente a uma revisão de sua situação de direitos humanos a cada quatro anos e meio, que tem por finalidade avaliar o cumprimento por parte dos Estados das obrigações e compromissos internacionais assumidos em relação a temas de Direitos Humanos.

Assim, a **alternativa A e B** estão incorretas.

A **alternativa C** é a correta e gabarito da questão. De acordo com a doutrina de André de Carvalho Ramos:

A essência do RPU é o peer review – monitoramento pelos pares – pelo qual um Estado tem a sua situação de direitos humanos analisada pelos demais Estados da ONU e que, futuramente, poderá vir a substituir os procedimentos especiais (...).

A **alternativa D** está incorreta, pois as resoluções datam de 2006 e 2007, não de 2001.

Por fim, a **alternativa E** está incorreta, pois no sistema do RPU não há condenação propriamente. Portanto, não há imposições. Busca-se a cooperação e adesão voluntária dos Estados para a promoção dos Direitos Humanos.